

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.909 - SP (2019/0180872-0)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : RUMO S.A  
**ADVOGADO** : ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO - SP196655  
**ADVOGADOS** : CATALINA SOIFER - SP227996  
NATÁLIA RUIZ RIBEIRO - SP238192  
MARIANA ARAUJO JORGE - SP294640  
LUIZ ANTONIO FERRARI NETO - SP199431  
THIAGO SALES PEREIRA - SP282430  
MIRIAM DIAMANDI - SP302676  
CAROLINA PAES MADUREIRA ARAUJO E OUTRO(S) - SP343618  
**AGRAVADO** : CASSIO FERREIRA DIAS  
**INTERES.** : NORWIL FERREIRA  
**ADVOGADO** : MÁRIO ANTÔNIO DE SOUZA E OUTRO(S) - SP131032  
**INTERES.** : JOSILDO PEDRO DE LIMA  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE YOSHIO HAYASHI - SP201537  
THIAGO SALES PEREIRA - SP282430  
EGINALDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO E OUTRO(S) - SP347643

### EMENTA

*PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE FERROVIÁRIO. DANO MORAL. ALEGAÇÃO DE CULPA DA VÍTIMA. REEXAME. SÚMULA 07/STJ. ALEGAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE NA HIPÓTESE. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO FICTO. SÚMULA 211/STJ. ALEGADO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DISSÍDIO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL, COM MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS*

### DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por RUMO MALHA PAULISTA S/A em face de decisão que inadmitiu recurso especial manejado

# Superior Tribunal de Justiça

contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*- Responsabilidade Civil - Acidente ferroviário - Sendo inútil a dilação probatória, o julgamento antecipado não determina cerceamento de defesa - Ausência de obstáculos que impedissem a travessia da via férrea no local do acidente - Responsabilidade da empresa de transporte na adoção de medidas de segurança - Ausência de comprovação de culpa do condutor do trem - Dano material satisfatoriamente comprovado, menos a desvalorização do veículo - Inocorrência de dano moral - Indenização respectiva indevida - Pedido parcialmente procedente - Recurso parcialmente provido. (e-STJ, fl. 455)*

Opostos embargos de declaração (e-STJ, fls. 463-465), os quais foram rejeitados (e-STJ, fls. 468-472).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 478-491), a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação aos artigos 186 e 927 do Código Civil de 2002, aos artigos 29, 44, 45 e 212 do Código de Transito Brasileiro, artigos 10, §4º e 12 do decreto lei 1.832/1996, bem como ao artigo 927, inciso III do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta, essencialmente, que (i) “as provas existentes nos autos demonstraram que a Recorrente adotou todas as medidas de segurança que lhe eram cabíveis ao se aproximar de local urbano” (e-STJ, fl. 482); que (ii) “o Recorrido, no momento da travessia, por patente falta de paciência ou outro motivo desconhecido, assumiu o risco do acidente ao agir de forma imprudente, desrespeitando regras básicas de trânsito” (e-STJ, fl. 484), e ainda que (iii) “extraído do julgamento dos recursos repetitivos em casos de atropelamento de pedestre por trem, pode ser utilizado por analogia no caso em questão” (e-STJ, fl. 538).

A recorrida deixou de apresentar as contrarrazões (e-STJ, fl. 518).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 523-524), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso

# Superior Tribunal de Justiça

especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

Ato contínuo, verifico que a irresignação não merece prosperar.

Com efeito, depreende-se da análise dos autos que, no que tange à alegação de violação aos artigos 186 e 927 do CC/2002, o Tribunal de origem, após exame do conjunto fático-probatório acostado nos autos, assentou que:

*“A ré foi negligente na adoção de medidas de segurança eficazes, para impedir o acesso de pedestres e veículos nas imediações da linha férrea, antes da passagem de trens.*

*(...)*

*Houve, sim, omissão da ré, no tocante ao seu dever de vigilância, que enseja o pagamento de indenização. ” (e-STJ, fl. 457)*

Nesse sentido, extrai-se dos trechos acima transcritos que para acolher as alegações da recorrente e afastar as premissas assentadas pelo Tribunal de origem seria necessário revolver o arcabouço fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável na via especial, a teor do preconizado pela Súmula 07/STJ.

Na mesma linha, o julgado a seguir:

**AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. ACIDENTE EM LINHA FÉRREA. COLISÃO DE VEÍCULO COM LOCOMOTIVA. CULPA CONCORRENTE E MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REVISÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

***1. Esta Corte Superior possui entendimento pacífico de que a conclusão dos Tribunais locais acerca da culpa das partes em acidentes em linha férrea é alcançada com base nos fatos e provas levados aos autos, de modo que é inviável sua revisão ante a incidência da Súmula 7 do STJ. Precedentes.***

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a revisão do quantum indenizatório somente é possível nas hipóteses em que fixado em valor exorbitante ou irrisório. *Precedente.*

3. Agravo interno a que se nega provimento.

**(AgInt nos EDcl no AREsp 1184277/SC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 22/08/2018)(Grifos nossos)**

Outrossim, quanto às alegações de que houve violação aos artigos 29, 44, 45, e 2112 do CTB, o Tribunal concluiu:

*“A segurança no cruzamento, onde não havia nenhum empecilho à travessia, diante da aproximação da composição, o acidente era quase inevitável, mesmo obedecendo a placa de parada, porque ao se aproximar do cruzamento, para verificar a possibilidade de atravessar, à noite e com chuva, o trem já poderia estar muito perto e causar o acidente.*

*(...)*

*Na verdade o trem passa em rua da cidade (fl.205) e não há nenhum impedimento para prevenir choques, a não ser placa "PARE" o que, há de se convir, à noite, com chuva e pouca iluminação é muito pouco.” (e-STJ, fls. 458-459)*

Portanto, verifica-se que para elidir tais conclusões demandaria mais uma vez o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

A propósito:

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE MORTE EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MEDIDA COERCITIVA ATÍPICA. ART. 139, IV, DO CPC/2015. SUSPENSÃO DA CNH. REVISÃO DA CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS QUE AUTORIZARAM O DEFERIMENTO DA MEDIDA. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STF. RECURSO DESPROVIDO.**

*1. Nos termos do art. 139, IV, do CPC/2015, incumbe ao juiz "determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*tenham por objeto prestação pecuniária."*

*2. Para que o julgador se utilize de meios executivos atípicos, a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia das que foram deferidas anteriormente.*

*3. No caso, segundo assinalou o órgão julgador, após esgotados os meios típicos de satisfação da dívida, a fim de reforçar os atos tendentes ao cumprimento da obrigação reconhecida pelo título judicial, optou o magistrado por eleger medida indutiva e coercitiva que considerou adequada, necessária, razoável e proporcional. Esse entendimento foi encampado pelo Tribunal local, que ainda ressaltou o fato de que o executado possui alto padrão de vida, incompatível com a alegada ausência de patrimônio para arcar com o pagamento da indenização decorrente do acidente que provocou.*

*4. Para se ultrapassar a conclusão alcançada no tocante ao juízo de adequação, efetividade, razoabilidade e proporcionalidade da medida, a fim de acolher a tese recursal, seria necessário o reexame das circunstâncias fático-probatórias da causa, o que não se admite em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 deste Tribunal, aplicável, também, em relação aos recursos interpostos com amparo na alínea c do permissivo constitucional (AgInt no REsp n.1.679.274/PE, Relatora a Ministra Regina Helena Costa, DJe de 5/12/2017).*

*5. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no REsp 1785726/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 22/08/2019) (Grifos nossos)*

A respeito da alegação de que “caberia ao executor da via mais recente, que no caso seria o próprio Município, a construção e manutenção de obras que possibilitassem a segurança da circulação nos cruzamentos da via pública com a linha férrea” (e-STJ, fl. 485), observa-se que o Tribunal a quo se posicionou da seguinte forma:

*“Além de a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos, como a ré, ser objetiva (artigo 37, § 6º, da Constituição da República), dispensando demonstração de culpa, a negligência dela, neste caso, está clara e foi a causa determinante do acidente descrito na inicial.*

*(...)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*As concessionárias de serviço público tem a obrigação legal de prestar serviços seguros (artigo 6º, § 1º, da Lei nº 8.987/95), de maneira que a alegação da ré de que incumbia ao Município instalar obstáculos de acesso e sinalizar o local, não a socorre.*

*Houve, sim, omissão da ré, no tocante ao seu dever de vigilância, que enseja o pagamento de indenização.” (e-STJ. fls. 456-457). (Grifo nosso)*

Nesse contexto, não há como rever as premissas fáticas alcançadas pelas instâncias ordinárias sem a inevitável reapreciação de fatos e provas, providência vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ.

Sobre o tema, o seguinte precedente desta Corte:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO INDEVIDA. DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO-CARACTERIZADA. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA.*

*1. O acolhimento da pretensão recursal quanto à responsabilidade cível pelo fato danoso demandaria o reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.*

*2. Nos termos da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, a revisão de indenização por danos morais só é possível em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo, de modo a afrontar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Ausentes tais hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ, a impedir o conhecimento do recurso.*

*3. Ainda quanto ao valor da indenização por danos morais, observa-se que é inviável a sua análise pela divergência jurisprudencial, uma vez que os acórdãos confrontados sempre serão distintos quanto ao aspecto subjetivo, não obstante as semelhanças externas e objetivas.*

*Precedentes.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no AREsp 832.125/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 21/03/2016) (Grifos nossos)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

No que concerne à alegação de que “*é que verificado que o estado de embriaguez da vítima é fator determinante para o acidente*” (e-STJ, fl. 487) e consequente violação ao artigo 927, III do CPC/15, o Tribunal de origem não se manifestou expressamente sobre a referida questão. Dessa forma, ausente o necessário prequestionamento, nos termos da Súmula nº 211/STJ: “Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo”.

Por derradeiro, em relação à alegada divergência jurisprudencial, observo, por oportuno, que o dissídio jurisprudencial não foi devidamente comprovado conforme estabelecido nos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, evidenciando a similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas apontados e a divergência de interpretação.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciado administrativo nº 7/STJ), majoro os honorários, anteriormente fixados em 10% (e-STJ, fl. 460), para 12% sobre o valor da condenação, a serem suportados exclusivamente pela parte recorrente, em acréscimo àqueles da sucumbência do caso, nos termos do § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015.

**Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator